



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM GOIÁS - SR/PF/GO

Decisão nº 61281079/2025-SR/PF/GO

Assunto: **Proposta de perda de autorização de residência.**

Destino: **URE/NPA/DPF/ANS/GO**

Processo: **08296.001146/2024-91**

Interessado: **MICHELE PAPACCIOLI**

1. Trata-se de processo instaurado em desfavor de **MICHELE PAPACCIOLI**, nacional da Itália, nascido(a) em 26/09/1971, filho(a) de RITA ALFANO e SALVATORE PAPACCIOLI, portador(a) do documento de identificação de estrangeiro RNM Nº V701560-U, com classificação Residente, amparo legal 11 - ART. 75 II LEI 6815/80.PAREC. 218/85-CJ/MJ, com prazo de estada de residência até 29/05/2024, visando a **Perda da Autorização de residência** concedida ao imigrante em razão de ter se ausentado do país por período superior a 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e art. 135, Inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.
2. Apreciando os autos em referência, diante das informações e documentos produzidos, com fulcro nos arts. 135, Inciso III, e 139 do Decreto nº 9.199/2017, **DECIDO** pela **PERDA** da autorização de residência do(a) referido(a) estrangeiro(a) no Brasil, incorporando a esta decisão os fundamentos mencionados no Relatório s/ defesa URE/NPA/DPF/ANS/GO (SEI nº 60933903), corroborados pelo Despacho URE/NPA/DPF/ANS/GO (SEI nº 60792646).
3. Retorne-se o presente processo à URE/NPA/DPF/ANS/GO, a fim de notificar o interessado da decisão, bem como de que dispõe do **prazo de 10 (dez) dias corridos** para, querendo, interpor recurso hierárquico.
4. Caso opte por não apresentar recurso, o imigrante deverá ser notificado nos termos do art. 176 do Decreto nº 9.199/2017.

**MARCELA RODRIGUES DE SIQUEIRA VICENTE**  
Delegada de Polícia Federal  
Superintendente Regional da Polícia Federal em Goiás  
(62) 3240-9608



POLÍCIA FEDERAL

www.pf.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA RODRIGUES DE SIQUEIRA VICENTE**, **Superintendente Regional**, em 26/05/2025, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=61281079&crc=B586DFEF](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61281079&crc=B586DFEF).

Código verificador: **61281079** e Código CRC: **B586DFEF**.

Referência: Processo nº 08296.001146/2024-91

SEI nº 61281079



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - URE/NPA/DPF/ANS/GO

**NOTIFICAÇÃO Nº 46829389**

Interessado: **MICHELE PAPACCIOLI**

Referência: Processo SEI nº **08296.001146/2024-91**

1. Fica o(a) senhor(a) **MICHELE PAPACCIOLI**, portador(a) do documento de identificação de estrangeiro nº **V701560-U (ATIVO)**, nacional da Itália, nascido(a) aos 26/09/1971, filho(a) de RITA ALFANO e SALVATORE PAPACCIOLI, **NOTIFICADO(A) a apresentar recurso, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contra decisão exarada na Decisão SR/PF/GO (SEI nº 61281079) de Perda de Autorização de Residência**, em razão de se ausentar do país por período superior a 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e art. 135, Inciso III, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e nos termos do § 1º do art. 139 do Decreto nº 9.199/2017:

*Art. 139. A decisão quanto à decretação da perda ou do cancelamento da autorização de residência caberá ao órgão que a houver concedido.*

**§ 1º O imigrante terá o prazo de dez dias para interpor recurso contra a decisão de que trata o caput .**

*§ 2º Encerrado o procedimento administrativo e decretada a perda ou o cancelamento definitivo da autorização de residência, o imigrante será notificado nos termos estabelecidos no art. 176.*

2. O recurso poderá ser apresentado por meio eletrônico no endereço <[ure.ans.go@pf.gov.br](mailto:ure.ans.go@pf.gov.br)>.

**LUCIANA MELO MORAIS**  
Núcleo de Polícia Administrativa  
Unidade de Registro de Estrangeiros  
DPF/ANS/GO



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MELO MORAIS, Agente Administrativo(a)**, em 27/05/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=61303863&crc=BF23A544](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61303863&crc=BF23A544).  
Código verificador: **61303863** e Código CRC: **BF23A544**.

**Referência:** Processo nº 08296.001146/2024-91

SEI nº 61303863